

PROJETO BÁSICO

- ORIENTAÇÕES GERAIS -

IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÕES DE ENTRADA DE ENERGIA EM CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

JATÁI – GO
2026

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor investido por fonte de recurso.....	14
Tabela 2 - Fórmula para reajustamento por item.....	16
Tabela 3 - Composição de prazos estimados para a execução contratual	21
Tabela 4 - Quantidade mínima para comprovação de execução.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Local de execução dos serviços.....	22
Quadro 2 - Serviços para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional.....	31

SUMÁRIO

REFERÊNCIA	5
1. APRESENTAÇÃO	5
1.1. Da definição do tipo de atividade (obra ou serviço de engenharia).....	5
1.2. Da definição do tipo de obra (comum ou especial)	7
1.3. Do Processo	9
2. DO OBJETO	9
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	10
4. DA ESTIMATIVA DE VALOR.....	11
4.1. Da metodologia de custos estimados	12
4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI)	13
4.3. Da não aplicação de BDI reduzido.....	13
4.4. Dos recursos financeiros	14
4.5. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	15
5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	19
6. DA CONTRATAÇÃO.....	23
7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S).....	23
7.12. DA VISTORIA.....	26
8. DA HABILITAÇÃO	27
8.1. Da habilitação jurídica.....	27
8.2. Da qualificação técnica.....	27
9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	33
10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	37
10.2. Das medições	39
11. DO PAGAMENTO	40
12. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO	43
13. DA SUBCONTRATAÇÃO	43

14. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO	45
15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	47
16. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE	47
17. DA ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS	48
18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS	49
19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	50
20. DO RECEBIMENTO DA OBRA.....	51
21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	53

REFERÊNCIA

Processo Administrativo de referência
18512/2026

Documento de Formalização da Demanda
DFD nº 021/2026/SMOPU

Demandante

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ETP nº 011/2026/SMOPU

Solução escolhida/ Objeto

Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução dos serviços de implantação de Subestações de Entrada de Energia (SEE), em unidades escolares da rede pública municipal, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e todos os serviços necessários à instalação, montagem, interligação e comissionamento dos sistemas elétricos, contemplando ainda a execução de infraestrutura civil e elétrica associada, conforme memorial descritivo, projetos técnicos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo.

1. APRESENTAÇÃO

Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, este Projeto Básico e seus anexos visam fornecer os elementos e subsídios necessários à contratação de empresa especializada no ramo da engenharia elétrica para a implantação de subestações transformadoras trifásicas destinadas ao atendimento de unidades escolares da rede pública municipal de Jataí/GO, compreendendo o CMEI Abelhinha, CMEI Cidade Jardim I, CMEI Reino Encantado, bem como as unidades escolares João Justino e Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira.

1.1. Da definição do tipo de atividade (obra ou serviço de engenharia)

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, elucida quanto as definições e particularidades atribuídas aos conceitos de obra e serviços de engenharia, conforme segue:



“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

*XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que **implica intervenção no meio ambiente** por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que **inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel**; (grifo próprio)*

[...]

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, **não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo**, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados [...]*” (grifo próprio)

O objeto desta contratação consiste na implantação de subestações transformadoras trifásicas destinadas ao atendimento de unidades escolares da rede pública municipal de Jataí/GO, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada e a execução integral da infraestrutura necessária ao funcionamento do sistema elétrico.

Conforme projetos técnicos e memoriais descritivos, a execução envolve, entre outras atividades:

- instalação de transformadores trifásicos, em níveis de potência compatíveis com a demanda das unidades atendidas;
- implantação de estruturas de rede de distribuição e dispositivos de proteção elétrica;
- execução de fundações e instalação de postes e/ou estruturas de suporte;
- instalação de eletrodutos, conexões e cabeamentos elétricos; e
- execução de sistemas de aterramento e demais componentes de segurança e proteção elétrica.

Tais intervenções resultam na implantação de infraestrutura elétrica permanente nos imóveis públicos atendidos, com incorporação de equipamentos e estruturas que passam a integrar, de forma definitiva, o sistema energético das unidades escolares.

Sob o ponto de vista técnico e jurídico, a atividade não se caracteriza como serviços de manutenção, reparo ou adequação pontual, mas como implantação de sistema

elétrico estruturante, envolvendo execução de fundações, instalação de estruturas, montagem eletromecânica e integração à rede de distribuição de energia elétrica.

Dessa forma, a contratação enquadra-se no conceito de obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que implica intervenção física permanente em bens imóveis públicos, com a criação de nova infraestrutura essencial ao adequado funcionamento das edificações.

Adicionalmente, a execução das subestações exige responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado, com a devida emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, reforçando a natureza de obra de engenharia da intervenção.

Assim, para fins de planejamento da contratação, definição da modalidade licitatória e aplicação das normas de execução contratual, o objeto deverá ser tratado como **obra de engenharia**, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 aplicáveis a essa natureza de contratação.

1.2. Da definição do tipo de obra (comum ou especial)

A correta classificação do objeto licitatório como obra de engenharia comum ou especial constitui etapa relevante do planejamento da contratação, pois influencia diretamente a definição do procedimento licitatório, dos prazos mínimos de publicidade e dos critérios de julgamento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como com as orientações técnicas aplicáveis ao controle de obras públicas.

Nesse contexto, a definição do tipo de obra deve considerar fatores como o grau de complexidade técnica, a eventual singularidade das soluções de engenharia, os métodos executivos empregados e o nível de disseminação das técnicas construtivas no mercado especializado, conforme diretrizes consolidadas no âmbito dos órgãos de controle.

No caso em análise, o objeto consiste na implantação de subestações transformadoras trifásicas destinadas ao atendimento de unidades escolares da rede pública municipal de Jataí/GO, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos e a execução da infraestrutura elétrica necessária à operação dos sistemas.

A execução da obra envolve atividades típicas de implantação de infraestrutura elétrica de distribuição, tais como instalação de transformadores de distribuição, implantação de estruturas de rede, execução de fundações para postes ou estruturas de suporte, instalação de dispositivos de proteção elétrica, eletrodutos, cabeamentos e sistemas de aterramento, conforme detalhamento constante nos projetos técnicos e nas planilhas orçamentárias da contratação.

Embora tais atividades exijam responsabilidade técnica de profissional habilitado e conhecimento específico em engenharia elétrica, as soluções adotadas utilizam tecnologias consolidadas e métodos executivos amplamente difundidos no setor elétrico, não envolvendo processos construtivos inovadores, soluções tecnológicas inéditas ou sistemas de execução de caráter experimental.

Adicionalmente, os serviços previstos possuem parâmetros de composição de custos e produtividade estabelecidos em bases referenciais amplamente utilizadas na Administração Pública, tais como SINAPI, ORSE e demais referenciais oficiais pertinentes, o que evidencia a padronização das atividades e a previsibilidade técnica e orçamentária da execução.

Outro elemento relevante refere-se à ampla difusão dessas técnicas no mercado, uma vez que os serviços de implantação de subestações de distribuição de energia elétrica de pequeno e médio porte são rotineiramente executados por diversas empresas especializadas, evidenciando a existência de competição efetiva e disponibilidade de executores qualificados.

Dessa forma, ao se considerar, de forma integrada, a natureza da intervenção, os métodos construtivos empregados, a padronização das soluções técnicas e a realidade do mercado, verifica-se que o objeto não apresenta singularidade técnica ou excepcionalidade executiva que justifique sua classificação como obra especial de engenharia.

Assim, conclui-se que o objeto da contratação se enquadra na categoria de obra comum de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Consubstanciando o exposto, a contratação deverá observar o tratamento jurídico aplicável às obras comuns de engenharia, especialmente quanto aos prazos mínimos para

apresentação de propostas previstos no art. 55, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

“Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados da data de divulgação do edital, são de:

(...)

II – no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.” (grifo próprio)

Diante do exposto, conclui-se que a futura contratação se trata de **obra comum de engenharia**, aplicando-se, portanto, o regime jurídico correspondente previsto na Lei nº 14.133/2021.

1.3. Do Processo

Será dado o tratamento legal atinente ao objeto da presente contratação, valendo-se da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante a realização de licitação na modalidade **Concorrência**, sob o critério de julgamento **Menor Preço**.

2. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia elétrica para a execução dos serviços de implantação de subestações transformadoras trifásicas destinadas ao atendimento de unidades escolares da rede pública municipal de Jataí/GO, compreendendo o CMEI Abelhinha, CMEI Cidade Jardim I, CMEI Reino Encantado, Escola João Justino e Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra e demais serviços necessários à completa execução da obra, em conformidade com as especificações constantes nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo, incluindo, ainda, a realização de testes, comissionamento, aprovação junto à concessionária de energia elétrica e energização final dos sistemas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação mostra-se necessária para garantir condições adequadas de fornecimento de energia elétrica às unidades escolares da rede pública municipal de Jataí/GO, compreendendo o CMEI Abelhinha, CMEI Cidade Jardim I, CMEI Reino Encantado, Escola João Justino e Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira, equipamentos públicos destinados ao atendimento educacional e ao pleno funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas.

As referidas unidades escolares apresentam demanda energética compatível com a operação de sistemas de iluminação, climatização, equipamentos eletroeletrônicos, equipamentos pedagógicos, sistemas administrativos e demais cargas elétricas inerentes às atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Nesse contexto, torna-se imprescindível a implantação de infraestrutura elétrica compatível com a carga instalada e com as exigências técnicas da concessionária de energia elétrica.

A solução técnica definida consiste na implantação de subestações transformadoras trifásicas, dimensionadas de acordo com a demanda específica de cada unidade escolar, incluindo a instalação de transformadores de distribuição, estruturas de suporte, dispositivos de proteção elétrica, eletrodutos, cabeamentos e sistemas de aterramento, conforme especificações constantes nos projetos técnicos e nas planilhas orçamentárias da contratação.

A implantação das subestações permitirá adequar a capacidade de fornecimento de energia elétrica às necessidades das unidades atendidas, garantindo maior segurança operacional dos sistemas elétricos, estabilidade no fornecimento de energia e conformidade com os padrões técnicos exigidos para instalações de média tensão.

As subestações foram dimensionadas conforme a demanda específica de cada unidade escolar, com potências variando entre 150 kVA e 300 kVA, de acordo com os projetos técnicos constantes nos autos.

Além disso, a implantação da infraestrutura elétrica adequada contribui para reduzir riscos de sobrecarga, falhas nos sistemas elétricos e interrupções no fornecimento de energia, fatores que podem comprometer o funcionamento regular das atividades escolares e administrativas.

Importa destacar que a execução das subestações constitui etapa necessária para o pleno funcionamento das unidades escolares, uma vez que a disponibilidade de energia elétrica em níveis adequados é requisito essencial para a operação segura e eficiente das instalações e dos equipamentos utilizados no ambiente educacional.

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no processo de planejamento da contratação, tendo sido previamente formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) e analisada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos quais foram avaliadas as necessidades da Administração, as alternativas técnicas disponíveis e a solução de engenharia mais adequada para atendimento da demanda.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução da implantação das subestações transformadoras trifásicas apresenta-se como medida técnica necessária para assegurar o adequado funcionamento da infraestrutura elétrica das unidades escolares do Município de Jataí/GO, garantindo condições de segurança, eficiência energética e continuidade dos serviços públicos educacionais.

4. DA ESTIMATIVA DE VALOR

O valor estimado para o certame é de **R\$ 818.437,09 (oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e nove centavos)**, conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias que integram o presente processo administrativo.

A estimativa de custos foi elaborada com base em composições de preços unitários fundamentadas em referenciais oficiais compatíveis com a natureza dos serviços de engenharia elétrica a serem executados, observando-se critérios técnicos de produtividade, consumo de insumos e encargos incidentes, de modo a refletir, com fidedignidade, os custos necessários à execução do objeto.

O valor estimado contempla a execução integral dos serviços necessários à implantação das subestações transformadoras previstas, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, mobilização e desmobilização de equipe técnica, instalação dos componentes elétricos, execução da infraestrutura de suporte, sistemas de proteção e aterramento, bem como a realização de testes, comissionamento e demais serviços indispensáveis à plena operacionalização dos sistemas.

Destaca-se que as composições orçamentárias foram estruturadas de forma a assegurar a compatibilidade entre os quantitativos previstos, os projetos técnicos e os memoriais descritivos, garantindo a adequada definição do custo global da contratação, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade para a Administração Pública.

4.1. Da metodologia de custos estimados

A estimativa de custos foi elaborada com base nos quantitativos de serviços levantados a partir dos projetos técnicos das subestações, considerando as especificações de engenharia elétrica necessárias à execução das obras.

Os orçamentos foram estruturados a partir dos quantitativos obtidos nos projetos elaborados, utilizando-se preços referenciais constantes das bases oficiais **SINAPI, SBC, ORSE, SETOP e GOINFRA (antiga AGETOP)**, adotando-se, quando necessário, composições compatíveis e equivalentes, devidamente justificadas, para itens não contemplados diretamente nas referidas tabelas.

As composições de custos unitários contemplam materiais, equipamentos, mão de obra e encargos sociais incidentes, observando as metodologias estabelecidas pelos sistemas de referência utilizados, de modo a assegurar que os valores estimados estejam compatíveis com os referenciais oficiais de custos aplicáveis à execução de obras públicas.

Os quantitativos e respectivas composições encontram-se detalhados nas planilhas orçamentárias analíticas que integram o presente processo administrativo, garantindo a rastreabilidade, transparência e consistência da formação do valor estimado da contratação.

4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI)

O BDI adotado para a presente contratação foi calculado em 27,23%, conforme demonstrado na planilha de composição do BDI anexa aos autos do processo.

O percentual de BDI contempla os custos indiretos inerentes à execução da obra, incluindo despesas administrativas, tributos, seguros, garantias contratuais, riscos do empreendimento e margem de remuneração da contratada, observando metodologia compatível com as boas práticas adotadas na formação de preços para obras públicas.

As composições de custos unitários consideradas no orçamento já incorporam os encargos sociais incidentes sobre a mão de obra, em conformidade com as metodologias previstas nas bases de preços utilizadas, não havendo duplicidade de incidência desses encargos na composição do BDI.

O percentual adotado encontra-se compatível com as práticas de mercado e com referenciais utilizados por órgãos públicos, não extrapolando os limites usualmente aceitos pelos órgãos de controle.

4.3. Da não aplicação de BDI reduzido

Para a presente contratação, não se aplica a adoção de BDI reduzido, tendo em vista que o objeto não se caracteriza como fornecimento isolado de equipamentos, mas como execução de obra de engenharia, compreendendo a implantação completa de subestações transformadoras, com fornecimento integrado de materiais, equipamentos, mão de obra e execução de infraestrutura civil e elétrica associada.

Destaca-se que os equipamentos a serem fornecidos, incluindo transformadores e demais componentes do sistema elétrico, estão intrinsecamente vinculados à execução da obra, não sendo passíveis de contratação dissociada sem prejuízo à funcionalidade, à responsabilidade técnica e à integridade do objeto.

Dessa forma, a adoção de BDI único para o conjunto da contratação mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente justificável, assegurando coerência na formação de preços e observância às boas práticas aplicáveis às contratações de obras públicas.

4.4. Dos recursos financeiros

As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos próprios do Município de Jataí, no montante estimado de **R\$ 818.437,09 (oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e nove centavos)**, conforme valor global apurado nas planilhas orçamentárias que integram o presente processo administrativo.

A indicação da dotação orçamentária específica será realizada no momento oportuno pela unidade competente da Administração, previamente à formalização do instrumento contratual, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação orçamentária vigente.

Segue abaixo o detalhamento do investimento preliminarmente estimado, distribuído por unidade escolar e a respectiva fonte de recurso:

Item	Unidade Escolar	Potência da SEE	Valor	Fonte de Recurso
01	CMEI Abelhinha	300 kVA	R\$ 298.636,23	Município de Jataí
02	Escola João Justino	150 kVA	R\$ 146.501,63	
03	CMEI Cidade Jardim I	150 kVA	R\$ 130.014,81	
04	CMEI Reino Encantado	150 kVA	R\$ 117.770,77	
05	Escola Leopoldo Nonato de Oliveira	150 kVA	R\$ 125.513,65	
Total			R\$ 818.437,09	

Tabela 1 - Valor investido por fonte de recurso

Ressalta-se que a presente contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário do Município, estando devidamente alinhada ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Documento de Formalização de Demanda (DFD), no que se refere à previsão de recursos e à viabilidade financeira da execução do objeto.

4.5. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, prevê mecanismos de atualização e recomposição dos preços contratuais, destacando-se:

- a) **reajustamento em sentido estrito**, conforme inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicável para recomposição da perda inflacionária, mediante a utilização de índice previamente definido no instrumento convocatório e no contrato;
- b) **repactuação**, conforme inciso LIX do art. 6º e art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicável aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de custos de mão de obra;
- c) **reequilíbrio econômico-financeiro**, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicável nas hipóteses de ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe.

Na presente contratação, não será admitida a **repactuação**, tendo em vista que o objeto não se caracteriza como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco apresenta predominância de custos de mão de obra.

Assim, poderão ser aplicados o **reajustamento em sentido estrito** e o **reequilíbrio econômico-financeiro**, conforme o caso, não se restringindo exclusivamente a majorações, devendo a contratada, sempre que cabível, refletir eventuais reduções de custos que impactem o valor contratual.

Eventuais solicitações de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalmente apresentadas durante a vigência contratual, devidamente instruídas com documentação comprobatória que demonstre a efetiva ocorrência dos fatos ensejadores e o impacto nos custos da contratação.

Ressalta-se que a Administração deverá verificar, em cada caso, a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado, de modo a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

4.5.1. Do reajustamento em sentido estrito

4.5.1.1. Considera-se reajustamento em sentido estrito, ou simplesmente reajustamento, a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato consistente na aplicação de índice de correção monetária previamente estabelecido, que deve refletir a variação efetiva dos custos de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, nos termos do inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.1.2. Para fins de reajustamento, consideram-se os seguintes critérios:

- a) Índice de reajustamento:** Índice Nacional de Custo da Construção (INCC);
- b) Data-base:** data do orçamento estimado (08/2025);
- c) Período:** a cada 12 (doze) meses;

4.5.1.3. Os preços apresentados pela licitante vencedora serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, **contados da data-base do orçamento**. Após esse período, os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação prevista no Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), pela seguinte expressão matemática:

Fórmula	Definições
$R = (Li - Lo) / Lo \times V$	<p>R = Valor do Reajustamento por item;</p> <p>Li = Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de aniversário da data-base do orçamento;</p> <p>Lo = Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês da data-base do orçamento;</p> <p>V = Valor do saldo contratual a ser reajustado.</p>

Tabela 2 - Fórmula para reajustamento por item



- 4.5.1.4.** A **contratada** deverá formalizar a solicitação de reajuste à Administração, instruindo o pedido, no mínimo, com:
- a) o percentual de reajustamento aplicado, devidamente fundamentado nos critérios estabelecidos neste item;
 - b) a medição acumulada dos serviços executados, devidamente atestada pelo responsável técnico da contratada e pelo fiscal do contrato;
 - c) planilha orçamentária contendo o saldo quantitativo e financeiro anterior à aplicação do reajustamento;
 - d) planilha de cálculo do reajustamento, em formato editável e não editável, demonstrando a memória de cálculo, os novos preços unitários e o valor atualizado do contrato, bem como a comprovação de que eventual atraso na execução não decorreu de culpa da contratada.
- 4.5.1.5.** Não será concedido reajustamento para parcelas contratuais relativas a serviços em atraso cuja responsabilidade seja exclusivamente da contratada, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização.
- 4.5.1.6.** Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante efetuará o pagamento com base na última variação conhecida, procedendo ao ajuste das diferenças quando da divulgação do índice definitivo.
- 4.5.1.7.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser definido pela legislação aplicável.
- 4.5.1.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão adotar, de comum acordo, outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado.
- 4.5.1.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento concedido.
- 4.5.1.10.** A formalização da atualização dos preços decorrente do reajustamento será realizada por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.



4.5.2. Do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato

- 4.5.2.1.** Considera-se reequilíbrio econômico-financeiro a forma de recomposição do equilíbrio contratual, aplicável nas hipóteses de ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições originalmente pactuadas, conforme previsto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.5.2.2.** O reequilíbrio deverá ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo efetivamente impactado pelo fato gerador do desequilíbrio, sendo vedada a aplicação de índices ou percentuais de forma global sobre o contrato.
- 4.5.2.3.** A simples variação ordinária de preços divulgados em sistemas referenciais de custos (SINAPI, SBC, ORSE, entre outros) não constitui, por si só, fundamento suficiente para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro.
- 4.5.2.4.** Os preços dos itens, serviços ou insumos que vierem a ser objeto de reequilíbrio terão sua nova base referencial vinculada à data da ocorrência do fato gerador do desequilíbrio, devidamente comprovada.
- 4.5.2.5.** O reequilíbrio será admitido quando comprovado que a execução do contrato foi impactada por circunstâncias supervenientes alheias à vontade da contratada, nos termos do § 2º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.5.2.6.** A contratada deverá formalizar a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, instruindo o pedido, no mínimo, com:
- a) demonstração detalhada do fato gerador do desequilíbrio, evidenciando seu caráter extraordinário e imprevisível ou de consequências incalculáveis;
 - b) indicação da data de ocorrência do evento e da data a partir da qual se pretende a recomposição, podendo haver distinção por item, serviços ou insumo;



- c) comprovação analítica da variação de custos, com apresentação de documentos idôneos que evidenciem a elevação extraordinária dos preços de mercado;
- d) planilha orçamentária contendo o saldo quantitativo e financeiro anterior à recomposição;
- e) planilha de cálculo, em formato editável e não editável, contendo a memória de cálculo detalhada, os novos preços unitários e o valor atualizado do contrato.

4.5.2.7. A solicitação será analisada pela fiscalização do contrato ou por profissional técnico competente, que deverá emitir manifestação fundamentada, avaliando, dentre outros aspectos:

- a) a aderência do fato gerador às hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;
- b) a impossibilidade de enquadramento da situação como hipótese de reajustamento contratual; e
- c) a efetiva repercussão do evento nos custos da contratação.

4.5.2.8. A análise do pedido deverá se restringir à verificação do impacto econômico-financeiro efetivo decorrente do fato superveniente, não sendo objeto de recomposição a mera preservação de margem de lucro originalmente estimada.

4.5.2.9. A recomposição somente será admitida quando demonstrado que o evento causador do desequilíbrio possui caráter extraordinário, relevante e externo à gestão da contratada, não se configurando como justificativa válida as alterações decorrentes de decisões gerenciais internas, tais como mudança de fornecedores ou estratégias comerciais.

5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, o cronograma físico-financeiro da execução, em conformidade com o modelo disponibilizado pela

Administração nos documentos técnicos da fase preparatória, devendo respeitar o prazo global estabelecido, admitindo-se apenas ajustes de compatibilização, sem alteração do prazo total da execução.

- 5.1.1.** O cronograma apresentado será submetido à análise e aprovação pela fiscalização do contrato, podendo ser ajustado para adequação técnica, desde que mantidas as condições essenciais da proposta vencedora.
- 5.1.2.** Caberá à Administração emitir a Ordem de Serviço no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da formalização do contrato, observada sua eficácia após publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.3.** O prazo para emissão da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado mediante justificativa devidamente fundamentada, em razão de circunstâncias supervenientes que impeçam o início imediato da execução contratual.
- 5.2.** Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, devidamente formalizado.
- 5.3.** **O prazo para execução dos serviços será de até 150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados do início efetivo da execução, a ser registrado pela fiscalização em documento próprio, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo aos autos.
- 5.4.** O prazo de execução foi definido com base no cronograma físico-financeiro elaborado a partir dos projetos técnicos, considerando a execução em múltiplas unidades escolares, bem como aprovação junto à concessionária de energia elétrica, testes, comissionamento e energização dos sistemas.
- 5.4.1.** A recusa injustificada da contratada em receber ou dar início à execução após a emissão da Ordem de Serviço, bem como qualquer conduta que implique retardamento indevido da execução, poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual.



- 5.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.6. Os prazos abaixo representam estimativa global para execução do objeto, podendo ser ajustados conforme a evolução dos serviços, sem prejuízo do prazo total contratual.

Ação	Prazo	
	Parcial	Acumulado
Prazo para providências anteriores à autorização de início da execução contratual	Até 15 dias corridos	Até 15 dias corridos
Prazo para a empresa iniciar os serviços após receber a Ordem de Serviços	Até 10 dias corridos	Até 25 dias corridos
Prazo para a execução dos serviços	Até 150 dias corridos	Até 175 dias corridos
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 30 dias corridos	Até 205 dias corridos
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 90 dias corridos	Até 295 dias corridos

Tabela 3 - Composição de prazos estimados para a execução contratual

- 5.6.1. A definição do prazo de vigência contratual considerou todas as etapas necessárias à execução do objeto, incluindo mobilização, execução, recebimento provisório e recebimento definitivo, conforme detalhado na Tabela 3 adotando-se o prazo de 12 (doze) meses como suficiente para a completa execução e encerramento contratual.
- 5.6.2. Considerando-se tratar-se de **objeto com escopo predefinido**, cuja extinção somente se opera com a conclusão da obra, o prazo de vigência deverá ser *prorrogado automaticamente*, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.6.3. A prorrogação, no entanto, deverá ser precedida de requerimento devidamente fundamentado, com análise técnica da fiscalização, no qual constem, de forma clara e objetiva: (a) a indicação expressa do novo prazo necessário à conclusão do

objeto; (b) a exposição circunstanciada das causas que impediram a conclusão no período originalmente pactuado; e (c) a análise quanto à responsabilidade pelo atraso.

5.6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas por meio de apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

5.7. Do local de execução dos serviços

5.7.1. Os serviços deverão ser executados nos locais indicados nos Memoriais Descritivos, Projetos Técnicos e demais documentos que integram o presente processo administrativo, conforme especificado no quadro abaixo:

Local	Endereço	Coordenadas geográficas aproximadas	
		Latitude	Longitude
CMEI Abelhinha	Avenida 31 de Maio, s/n, Setor Epaminondas I, Jataí - GO	17° 51' 36,1" S	51° 43' 47,2" O
CMEI Cidade Jardim I	Avenida Santa Catarina, s/n, Qd. 40, Lt. 01, Conjunto Residencial Cidade Jardim I, Jataí - GO	17° 52' 19,1" S	51° 41' 06,4" O
CMEI Reino Encantado	Avenida 41, nº 550, Qd. 07, Setor Mauro Bento, Jataí - GO	17° 51' 18,6" S	51° 43' 19,6" O
Escola João Justino	Avenida 31 de Maio, s/n, Setor Epaminondas I, Jataí - GO	17° 51' 36,1" S	51° 43' 47,2" O
Escola Leopoldo Nonato de Oliveira	Rua Dep. Manoel Costa Lima, nº 2983, Qd. 33, Vila Jardim Rio Claro, Jataí - GO	17° 53' 54,9" S	51° 43' 38,6" O

Quadro 1 - Local de execução dos serviços

5.7.2. As coordenadas geográficas apresentadas possuem caráter aproximado, podendo sofrer variações conforme levantamento georreferenciado.

5.8. Do horário de execução dos serviços

5.8.1. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h e, aos sábados, das 8h às 12h.

5.8.2. Nos casos em que houver necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a **contratada** poderá executar os serviços em fins de semana, jornadas noturnas, feriados, desde que autorizadas e acordadas com o setor de fiscalização e/ou responsável pela unidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a execução dos serviços do presente projeto básico será adotada a execução indireta, por meio de contratação de empresa especializada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, **pela modalidade concorrência, com critério de julgamento de menor preço e com regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

6.2. A **contratada** somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia da **contratante**, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Todas as informações detalhadas dos serviços citados acima estão contidas nos autos do processo licitatório.

7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S)

7.1. A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:

7.1.1. **Carta proposta**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;



- 7.1.2.** **Planilha orçamentária**, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição dos serviços, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração;
- 7.1.3.** **Cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;
- 7.1.4.** **Composição de BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo fornecido. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- 7.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.3.** A licitação será realizada em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .xlsx (ou outro previsto no Edital), devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.
- 7.4.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 7.5.** Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:
- a) propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;
 - b) propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
 - c) propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, quando, oportunizada à licitante a demonstração de exequibilidade, esta não comprovar, de forma satisfatória, a viabilidade de execução do objeto nas condições ofertadas.
 - d) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;



- e) formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
- f) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e
- g) contiverem vícios insanáveis.

- 7.6.** Estarão disponíveis na página oficial eletrônica do Município (www.jatai.go.gov.br) os arquivos digitais contendo o conjunto de projetos de engenharia e arquitetura, bem como especificações técnicas e planilhas para o objeto desta licitação.
- 7.7.** **Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 7.8.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.
- 7.9.** **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.
- 7.10.** Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.
- 7.11.** As licitantes deverão estar cientes de que a participação do presente certame, com a aceitação dos termos do Edital, pressupõe que foi realizada análise prévia e meticulosa dos itens componentes da planilha orçamentária e de que os mesmos estão condizentes com a execução da obra ou serviço de engenharia, em todas as suas etapas construtivas, previstos nos projetos e Memorial Descritivo. Desta forma, eventuais solicitações de aditivos para complemento, incremento ou aumento de itens da planilha, por motivo de insuficiência verificada

(posteriormente à licitação), não serão acatadas, salvo se verificado erro grosseiro na planilha de preços, não passível de verificação por meio dos documentos técnicos fornecidos quando da licitação, que não pudessem ser objeto de pedido de esclarecimento prévio (com eventual pedido de correção) ou mesmo impugnação ao Edital.

7.12. DA VISTORIA

7.13. Antes de preparar a sua proposta de preços, a licitante poderá vistoriar os locais informados e tomar conhecimento dos serviços que englobam a presente contratação.

7.14. O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.15. A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 13h às 17h, **devendo ser previamente agendada** com a Equipe Técnica da Secretaria de Obras pelo telefone **(64) 3605-2975**, pelo e-mail engenharia.obras@jatai.go.gov.br ou diretamente na Superintendência de Engenharia da SMOPU, na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria, Jataí – GO.

7.16. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.16.1. O licitante, ou o seu representante, poderá estar acompanhado de especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta, devendo, não obstante, estarem munidos a apresentar os mesmos documentos exigidos no item 7.16.

7.17. A citada vistoria será acompanhada por um membro da Equipe Técnica da SMOPU e ao final será emitido ao licitante o “atestado de vistoria”, o qual deverá ser entregue na fase de julgamento da licitação.



- 7.18.** O licitante examinará as áreas e tomará ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.
- 7.19.** **Caso o licitante opte por não realizar a vistoria in loco, na fase de habilitação da licitação deverá apresentar “Declaração” formal, assinada pelo responsável técnico ou representante do licitante, afirmando que conhece as condições locais para execução do objeto e as peculiaridades inerentes à natureza do trabalho.** Além disso, nesse documento deve assumir total responsabilidade pela não realização da vistoria técnica e declarar que não utilizará dessa condição para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.
- 7.20.** Independentemente de realizar ou não a vistoria prévia, alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais, de projetos ou de amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras ou para reivindicar qualquer benefício de forma a desobrigar a execução do objeto.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Da habilitação jurídica

- 8.1.1.** Conforme termos e documentação listados no Edital.

8.2. Da qualificação técnica

- 8.2.1.** Para fins de verificação dos atestados, **serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução**, entre outros.
- 8.2.2.** Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.



- 8.2.3.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. Toda a documentação será avaliada rigorosamente pelo corpo técnico do Município.
- 8.2.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, o **contratante** solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc.) a respeito da qualificação técnica de eventual subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato. Demais exigências e procedimentos referentes à subcontratação estão dispostas no tópico 13 deste projeto básico.
- 8.2.5.** Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar o Município com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.
- 8.2.6.** Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.
- 8.2.7. Da qualificação técnico-operacional**
- 8.2.7.1.** A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de obras ou serviços de engenharia elétrica similares. A comprovação deverá abranger, no mínimo, as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme Tabela 4, admitindo-se o somatório de atestados para atendimento dos quantitativos mínimos exigidos.

8.2.7.2. Os quantitativos exigidos foram definidos com base nas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, em consonância com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

Item	Descrição	Unid.	Quant. mínima
01	Fornecimento e/ou instalação de transformador trifásico de distribuição, homologado pela concessionária, com potência mínima de 150 kVA , classe de tensão compatível com rede de média tensão.	Unid.	2
02	Fornecimento e/ou instalação de transformador trifásico de distribuição, homologado pela concessionária, com potência mínima de 300 kVA, classe de tensão compatível com rede de média tensão.	Unid.	1
03	Execução de instalação elétrica com fornecimento e lançamento de cabos elétricos com seção nominal mínima de 150 mm ² , em quantidade não inferior a 112,50 m .	m	112,50

Tabela 4 - Quantidade mínima para comprovação de execução

8.2.7.3. **Critério de definição das parcelas:** os itens listados acima estão classificados como de valor significativo para a execução dos serviços de engenharia, estando acima dos 4% do valor total da contratação, conforme previsão estatuída no Art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo de fato os itens de maior impacto nos serviços, que exigirão da contratada mobilização adequada para seu cumprimento.

8.2.7.4. Os quantitativos exigidos estão de acordo com a disposição do art. 67, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021 que limita a exigência de quantitativos até 50% do total de cada parcela.

8.2.7.5. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado ou por outro meio idôneo de comprovação, contendo a identificação da emitente, o nome e a qualificação do signatário, a descrição dos serviços executados, o período de execução e a indicação das quantidades efetivamente realizadas. Quando se tratar de

comprovação técnico-profissional, o atestado deverá estar acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo conselho profissional competente, nos termos da legislação aplicável. Além disso, deverão ter as seguintes informações:

- a) Descrição das características técnicas das obras ou serviços;
- b) Atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;
- c) Firmado por representante legal do contratante;
- d) Indique sua data de emissão;
- e) Mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).

8.2.8. Da qualificação técnico-profissional

- 8.2.8.1.** A licitante deverá apresentar o **registro ou inscrição do(s) responsável(eis)** técnico(s) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho competente (CAU, CFT), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;
- 8.2.8.2.** Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo Conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem.
- 8.2.8.3.** O(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra ou serviço de engenharia, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

Item	Descrição dos serviços	Profissional
01	Fornecimento e/ou instalação de transformador trifásico de distribuição, homologado pela concessionária, com potência mínima de 150 kVA ou superior, classe de tensão compatível com rede de média tensão.	Engenheiro Eletricista ou profissional legalmente habilitado com atribuição compatível.
02	Execução de instalação elétrica com fornecimento e lançamento de cabos elétricos com seção nominal mínima de 150 mm ² ou superior, incluindo conexões, terminações, fixações e serviços associados.	

Quadro 2 - Serviços para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional

8.2.8.4. Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no Quadro 2, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

8.2.8.4.1. Profissional Engenheiro Eletricista ou profissional de ensino superior devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços referente aos itens do Quadro 2, emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

8.2.8.4.2. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU/CFT;
- c) Contrato Social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- f) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviços licitados e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser adjudicado.



- 8.2.8.5.** Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigido(s) no Quadro 2, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Eletricista ou profissional com habilitação técnica equivalente.
- 8.2.8.6.** A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.
- 8.2.8.7.** O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviços objeto da licitação.
- 8.2.8.8.** Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.
- 8.2.8.9.** Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, conforme segue:
- a) Declaração formal da licitante**, indicando o responsável técnico – Engenheiro Eletricista - para execução e acompanhamento dos serviços.
 - b) Declaração formal da licitante**, a qual o responsável técnico pelo objeto da licitação **deverá** ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.
 - c) Declaração de vistoria** informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou **declaração informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade**, conforme já disposto no item 7.19.



- d) **Declaração de que cumpre as exigências legais de reserva de cargos** para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para egressos do sistema prisional, quando aplicável.
- e) **Declaração Formal informando a disponibilidade de máquinas/ferramentas**, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.
- f) **Relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da **contratada**, bem como do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 9.3. A Contratada terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
 - 9.3.1. Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos no memorial descritivo, em conjunto com a planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Projeto Básico;
 - 9.3.2. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas,

previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da execução dos serviços, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

- 9.3.3.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- 9.3.4.** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de vigência contratual;
- 9.3.5.** Cumprir todas as obrigações, principalmente no que compete ao cumprimento do prazo de execução dos serviços e cronograma estabelecido neste Projeto Básico;
- 9.3.6.** Submeter à aprovação da Secretaria de Obras e Planejamento, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicada junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução dos serviços;
- 9.3.7.** Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- 9.3.8.** Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pelo Contratante, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;
- 9.3.9.** **Providenciar o registro da ART de execução da obra ou serviço de engenharia junto ao CREA (ou outro conselho com atribuição), bem como regularização da**



obra ou serviço de engenharia junto a outros órgãos competentes (Prefeitura, Receita Federal, INSS, etc.), entregando uma cópia à Fiscalização, para fins de registro e comprovação das condições estabelecidas. Nesse caso, a **contratada** deverá apresentar a ART ou RRT dos serviços, objetos do contrato, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela SMOPU;

- 9.3.10.** Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 9.3.11.** Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a execução de obras ou serviços de engenharia, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;
- 9.3.12.** Após recebimento provisório dos serviços, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- 9.3.13.** Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização Municipal, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final; e
- 9.3.14.** A Contratada não poderá contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão, também, participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no art. 9º da Lei Federal 14.133, de 2021.
- 9.3.15.** A contratada deverá absorver, durante a execução do contrato, vagas especiais reservadas pela legislação, tais como egressos do sistema penitenciário, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, deficientes físicos/mentais, etc., nos termos previstos em cada lei específica, desde que atendidos os requisitos legais.



- 9.3.16.** A contratada fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste projeto básico. Os materiais utilizados deverão ser aptos, novos (sem uso) e originais (quando for o caso). Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela Contratada, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser repostado, sem ônus para o Município.
- 9.3.17.** Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 9.3.18.** **Inscriver a obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO** da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades (devendo ocorrer antes da 1ª medição), em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, **ou declarar sua dispensabilidade na forma da lei, se for o caso.**
- 9.3.19.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, conf. previsão do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.3.20.** Sem prejuízo do disposto no item anterior, as partes poderão promover alterações contratuais com acréscimos ou supressões em percentuais superiores aos limites ali previstos, como corolário da interpretação sistemática do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **desde que tais alterações decorram de acordo formal entre a Administração e o contratado**, observado, cumulativamente, que:
- a) a alteração seja devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, com demonstração clara da necessidade superveniente;
 - b) reste comprovado que a modificação atende ao interesse público, apresentando-se como a solução mais vantajosa à Administração em comparação com alternativas como rescisão e nova contratação;
 - c) a alteração não desnature o objeto originalmente contratado, preservando sua finalidade, natureza e identidade essencial;



d) sejam mantidas as condições de habilitação do contratado e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado;

e) haja manifestação expressa da autoridade competente, precedida de análise técnica e jurídica, com a devida motivação administrativa.

As alterações consensuais previstas neste item devem ser formalizadas por meio de **termo aditivo específico**, observados os princípios da legalidade, motivação, economicidade, eficiência e transparência.

9.3.21. Executar, caso necessário, junto a Prefeitura e demais órgãos competentes os procedimentos legais relacionados ao licenciamento da obra ou serviços, efetuando o pagamento de todas as taxas e emolumentos referente ao objeto desta contratação, posteriormente, apresentar cópia ou via original para o **contratante**.

9.3.22. Retirar até 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. O Contratante terá, dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

10.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da **Contratada**;

10.1.2. Fornecer toda a documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, em conformidade com as condições e termos definidos neste Projeto Básico e anexos;

10.1.4. O Município de Jataí terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei

Federal nº 14.133, de 2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

- 10.1.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Secretaria de Obras, especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.1.6.** Realizar medições periódicas mensais (ou outro período acordado) e atestar, por meio do representante designado (fiscal) as Notas Fiscais emitidas pelo Contratante, após verificação da efetiva execução dos serviços;
- 10.1.7.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações contidas neste Projeto Básico e seus Anexos;
- 10.1.8.** Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- 10.1.9.** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada no local de execução da obra ou serviços;
- 10.1.10.** Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela **contratada** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.1.11.** Inspecionar todos os materiais utilizados pela **contratada** para execução da obra ou serviços;
- 10.1.12.** Apresentar, sempre que solicitado pela **contratada**, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;
- 10.1.13.** Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra ou serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra ou serviço de engenharia, o aviso público de obra

paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

10.2. Das medições

10.3. As medições dos serviços serão realizadas, pela **fiscalização**, mediante solicitação expressa da contratada, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.

10.4. As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos (ou outro período a ser combinado entre as partes), a partir da Ordem de Início dos Serviços.

10.5. A **contratada** apresentará a medição prévia, formalmente protocolada junto à Administração, dos serviços executados no período, instruída com os seguintes elementos:

- a) relatório escrito e fotográfico;
- b) cronograma refletindo o andamento da obra ou serviço de engenharia; e
- c) as medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos (quando for o caso) etc.

10.5.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição os serviços efetivamente executados pela **contratada** e aprovados pela **fiscalização**, respeitadas as especificações do Projeto Básico e seus anexos, bem como das normas técnicas aplicáveis.

10.6. Sob pena de não realização, a **contratada** deverá apresentar regularmente as medições no fechamento do período correspondente a execução dos serviços, no máximo até o segundo dia útil subsequente a essa data.

10.6.1. Caso contrário, se não houver justificativa para o atraso na apresentação da medição, poderá a **fiscalização** optar por não receber a medição atrasada e recebê-la apenas junto da próxima medição subsequente na próxima data prevista para medição.

- 10.6.2.** Casos fortuitos ou de força maior que ensejem a realização de medições em discordância com o planejamento da obra aprovado deverão ser devidamente justificados.
- 10.7.** A **contratante** terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da planilha de medição pela **contratada**, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.
- 10.8.** A aprovação da planilha de medição apresentada pela **contratada** não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 10.9.** As medições serão acompanhadas por representantes do **contratante e da contratada**, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do **contratante**.
- 10.10.** As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela **contratada**, **em conformidade com o regime de execução de empreitada por preço unitário**, podendo ser total ou parcial, diante das averiguações constatadas “in loco” pelo fiscal/responsável técnico da Secretaria de Obras;
- 10.10.1.** A “Administração Local da Obra” será medida em percentual proporcionalmente aproximado à evolução financeira dos serviços de execução da obra ou serviço de engenharia;
- 10.11.** Após constatação do valor total ou parcial pela **fiscalização**, a **contratada** poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização, acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1.** Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a **contratada** solicitará à Secretaria de Obras e Planejamento a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela **fiscalização**, a **contratada** apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo Município, mediante ordem bancária.
- 11.2.** As notas fiscais e demais documentos deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria – Jataí-GO, na Secretaria de Obras e Planejamento Urbano.
- 11.3.** O pagamento será efetuado pelo **contratante**, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante do Município na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.
- 11.3.1.** Em caso de irregularidade fiscal, a Prefeitura notificará a empresa contratada para que sejam sanadas as pendências no **prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, caso solicitado formalmente pela contratada**. Findado este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora ou a apresentação de defesa aceita por esta Prefeitura, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula editalícia. Além disso, o Contrato e/ou outro documento equivalente estará passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas no Edital, no Projeto Básico e no contrato.
- 11.3.2.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo de que trata o item anterior, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 11.3.3.** A devolução da fatura não aprovada para pagamento por esta Prefeitura não servirá de motivo para que a **contratada** suspenda total ou parcialmente a

prestação de serviços ou deixe de arcar com suas obrigações junto aos seus funcionários.

- 11.4.** O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.
- 11.5.** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **contratada**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, em conformidade com o previsto no Edital ou Contrato.
- 11.6.** O **contratante** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.
- 11.7.** Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, **acompanhada da folha de pagamento dos empregados individualizada, guia do FGTS, acompanhada da relação empregado x tomador – GFIP/SEFIP, com o recibo de pagamento do mesmo, além de outros documentos exigíveis para fins de fiscalização trabalhista do contratado;**
- 11.7.1.** Será exigida também a documentação de regularidade de eventuais subcontratadas.
- 11.8.** Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura na respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 11.9.** A Prefeitura Municipal de Jataí poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela **contratada**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- a) Descumprimento de obrigação relacionada ao objeto contratado;

- b) Não cumprimento das obrigações acessórias, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a contratada atenda à cláusula infringida;
- c) Obrigações da contratada com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a Administração.

- 11.10.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 11.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa — como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência — o pagamento ficará sobrestado até que a **contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **contratante**.
- 11.12.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- 11.13.** Os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 12.1.** Nos termos expostos no Estudo Técnico Preliminar deste objeto, **não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio para a presente licitação.**

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1.** Poderão ser subcontratados os serviços cuja execução demande especialização técnica evidenciada pela existência de empresas especificamente dedicadas



àquele segmento, ou, ainda, quando esta seja a prática no mercado, **limitados a 35% (trinta e cinco por cento)**, percentual considerado adequado à natureza do objeto, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

- 13.2.** Este percentual poderá ser revisto, a requerimento do contratado, com as justificativas técnicas e mercadológicas pertinentes.
- 13.3.** Tal percentual foi definido considerando a natureza do objeto e a complexidade dos serviços, não afastando a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto contratual.
- 13.4.** Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).
- 13.5.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.6.** Sempre que for exigível, a empresa **contratada** deverá apresentar à Administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.
- 13.7.** Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.
- 13.8.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade do Município ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 13.9.** As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra ou no local de execução dos serviços, estarão sujeitas às mesmas regras e



exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

13.10. No caso de serviços cuja execução requeira notória especialização técnica, assim entendidos aqueles em que a executante deve preencher condições específicas – legais, técnicas ou profissionais, se exigível pelo contratante, a empresa licitante deverá apresentar a qualificação técnica da empresa subcontratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.10.1. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica subcontratada no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro do seu prazo de validade, da qual constem seus responsáveis técnicos, respeitadas as competências exigidas para os serviços subcontratados; e

13.10.2. Demonstração da capacidade técnica, através da apresentação de atestado(s), que comprove(m) ter a subcontratada executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou, ainda, para empresas privadas, serviços técnicos especializados assemelhados àqueles, objeto da subcontratação. Não serão aceitos atestados emitidos pela **contratada** ou pela própria subcontratada, a seu favor.

13.11. As eventualmente subcontratadas para fornecimento e/ou instalação de equipamentos deverão demonstrar qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada, bem como observar as especificações técnicas do projeto, inclusive quanto à homologação, certificação e conformidade exigidas pela concessionária de energia elétrica e pelas normas aplicáveis.

13.12. A subcontratação não implicará transferência de responsabilidade contratual, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1. Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Secretaria de Obras, aos quais competirá a **gestão e fiscalização** dos mesmos. A ação



fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições, qualificações e especificações previstas neste Projeto Básico e em seus anexos.

- 14.2.** As atribuições do **gestor e fiscal de contrato** serão conforme Portaria específica ou por norma que vier a substituí-la.
- 14.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 14.4.** A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da **contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do **contratante** ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 14.5.** A **contratante** poderá determinar a paralisação da obra ou serviço de engenharia, por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência a suas determinações, cabendo à **contratada**, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.
- 14.6.** Qualquer erro ou imperícia na execução, constatado pela **contratante** obrigará à **contratada**, a sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir a parte impugnada do serviço, sem prejuízo de ação regressiva contra quem lhe tiver dado causa.
- 14.7.** A **contratante** poderá rejeitar métodos e serviços ou exigir a retirada do local da obra, de operário, funcionário, engenheiro, mestre de obra, etc. que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo a **contratada** substituí-lo dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas.

14.8. A **contratada** declara conhecer nos seus expressos termos, que essa fiscalização é meramente supletiva e relacionada com a execução do presente Contrato, não implicando em exoneração da responsabilidade da mesma em solidariedade perante terceiros. Os serviços impugnados pela fiscalização da **contratante**, no que concerne a sua execução ou à qualidade dos materiais fora do especificado, não poderão ser faturados ou, se o forem, deverão ser glosados nas faturas correspondentes.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Conforme termos previstos no Edital ou Minuta Contratual.

16. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE

16.1. Para a contratação do objeto, a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como o Código Florestal Brasileiro, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas na Resolução Conama Nº 307, de 5 de julho de 2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

16.2. A empresa contratada deverá efetuar a destinação dos resíduos sólidos em conformidade com as resoluções vigentes do CONAMA, bem como do plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Jataí, nos termos da Lei Municipal nº 3.085, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Lei Municipal nº 4.544, de 14 de abril de 2023).

16.3. Os serviços prestados pela **contratada** deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim

de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **contratante**.

- 16.4.** A qualquer tempo o **contratante** poderá solicitar à **contratada** a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.
- 16.5.** Consta os autos manifestação técnica quanto à dispensabilidade do licenciamento ambiental para o objeto tal como projetado. Na hipótese de alteração superveniente da solução executiva, do método construtivo ou das condições de implantação que venha a tornar exigível manifestação ou licença ambiental específica, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização e adotar as providências técnicas e documentais cabíveis, sem prejuízo das competências da Administração.
- 16.6.** Os materiais básicos empregados pela **contratada** deverão atender à melhor relação entre custo e benefício, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

17. DA ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS

- 17.1.** Caberá ao licitante vencedor a instalação de todos os equipamentos, acessórios, componentes ou outros materiais a serem feitos por técnico especializado, bem como:
- a) Executar, com o emprego de mão-de-obra apropriada, fornecendo material adequado e utilizando os equipamentos mais indicados, todas as obras e serviços de engenharia listados na Planilha de Serviços e Preços da licitação, em conformidade com os projetos básicos e executivos, conforme o caso;



- b) Os preços unitários da **contratada** deverão corresponder a serviços prontos, considerando incluídas todas e quaisquer despesas diretas e indiretas sobre eles incidentes;
- c) Emprego de mão-de-obra apropriada, especializada ou não;
- d) Fornecimento dos materiais especificados, e perdas de qualquer natureza;
- e) Utilização de todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários à execução dos serviços;
- f) Preparo dos locais de trabalho, incluindo montagem e retirada de andaimes e escoramentos, quando for o caso;
- g) Desobstrução, acertos, arremates ou reparos antes ou depois da execução dos serviços;
- h) Movimentação e transportes internos dentro da obra;
- i) Suprimento de água e energia elétrica, qualquer que seja a utilização ou o local;
- j) Iluminação das áreas de trabalho;
- k) Impostos e encargos sociais trabalhistas em geral;
- l) Despesas referentes às importações de materiais e equipamentos;
- m) É de responsabilidade da **contratada** fazer rigoroso exame das condições locais de trabalho, para estimar eventuais custos adicionais, os quais deverão ser considerados nos seus preços.

18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 18.1.** Caso o Fiscal do contrato entenda necessário, todos os serviços prestados deverão gerar um relatório detalhado que funcionará como memória técnica (tipo *as build*), para efeito de garantia de serviços, assinado pelo Fiscal, para fins de acervo técnico e guarda de informações técnicas que venham a ocasionar defeitos.
- 18.2.** A **contratada** se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil

e o art. 12 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como art. 140, inciso II, § 6º, da Lei nº 14.133/21, contado da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo - TRD**.

18.3. A **contratada** obriga-se, ainda, a garantir os sistemas, elementos, componentes e instalações da obra em consonância com o disposto nas normas da ABNT, previstas no memorial descritivo da obra.

18.4. As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. A **contratada** deverá prestar garantia, por meio de **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, conforme disposto no art. 96 c/c art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.2. A Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **contratada**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

19.3. A apólice deverá obedecer às seguintes regras:

19.3.1. o prazo de vigência deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato e acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; e

19.3.2. a garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

19.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.



- 19.5.** O **contratante** restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.
- 19.6.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.
- 19.7.** **Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme previsão do § 5º do Art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 20. DO RECEBIMENTO DA OBRA**
- 20.1.** Após concluída, a obra será recebida pela **fiscalização**, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A **contratada** deverá requerer a realização de **vistoria para fins de recebimento provisório**.
- 20.2.** O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.
- 20.3.** A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de **até 30 (trinta) dias do seu requerimento**. Tendo por concluído o escopo da contratação, a Fiscalização emitirá, naquela data, o **Termo de Recebimento Provisório (TRP)**, circunstanciado e assinado pelas partes.
- 20.4.** Sendo constatada na **vistoria** a não conclusão integral do escopo contratado, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

- 20.5.** O recebimento definitivo se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo - TRD), no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contados da emissão do TRP, após satisfeitas as seguintes condições:
- 20.5.1.** Vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra ou serviço de engenharia, a ser efetuada no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contados da emissão do TRP;
- 20.5.2.** Entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários - CND, emitida pela Receita Federal, aprovação dos órgãos competentes (se for o caso).
- 20.6.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 20.7.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo **prazo mínimo de 05 (cinco) anos**, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.
- 20.8.** Considerar-se-á plenamente concluído o objeto somente após a efetiva conclusão física dos serviços, a aprovação pela concessionária de energia elétrica, quando cabível, e a energização das subestações, em consonância com os memoriais descritivos e demais documentos técnicos da contratação.
- 20.9.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1.** Este projeto deverá ser interpretado em consonância com os demais documentos técnicos componentes do Edital, como Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos e outros correlatos. Eventuais divergências entre este caderno e os demais documentos componentes do Edital poderão ser sanados pela própria Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano ou pela Comissão de Contratação, sempre por meio de formalização prévia (e-mail, correspondência direta etc.).
- 21.2.** A Lei Federal nº 14.133, de 2021, conjuntamente com a Instrução Normativa - IN – TCM/GO Nº 0009, de 2023 e regulamentos municipais pertinentes, deverão sempre ser utilizados para o saneamento de eventuais lacunas na documentação da licitação, devendo tanto os servidores da Administração Pública quanto os particulares que lidam com o Poder Público ter pleno conhecimento dos conceitos e prescrições previstos nestes textos, não podendo ser alegado desconhecimento dessas normas para fazer ou deixar de fazer obrigações porventura não previstas no Edital, Termo de Referência ou Projeto Básico ou mesmo o futuro contrato a ser firmado.

Jataí-GO, 31 de março de 2026.

Responsável técnico:

UESLEY RIBEIRO SILVA AMARAL
Gerente de Acompanhamento de Obras
Eng.º Eletricista - CREA nº 10225854520D - GO